

# Petrobras: um transatlântico à deriva

## ARTIGO

Raquel Landim  
Jornalista, é âncora  
da CNN Brasil

**A** Petrobras tem 37 mil funcionários, 860 mil acionistas, fatura mais de R\$ 500 bilhões e, só no ano passado, pagou R\$ 178,8 bilhões em impostos. Por qualquer parâmetro é um transatlântico – e está à deriva.

Além das especulações se o presidente executivo, Jean Paul Prates, vai se manter no cargo, diante da fritura promovida por seus opositores no governo, a maior estatal brasileira ficou sem “chairman”.

Na última quinta-feira, 11, Pietro Mendes, presidente do Conselho de Administração, foi afastado de suas funções por decisão judicial. A Petrobras vai recorrer e não indicou ninguém para o seu lugar. É o segundo conselheiro retirado pela Justiça.

É claro que o dia a dia da companhia de bombear petróleo segue inalterado, mas não tem como uma empresa gigante tomar decisões estratégicas nesse clima. Por isso, o termo à deriva.

Apadrinhado pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, Mendes é secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Ele enfrenta um conflito de interesses evidente, já que nem sempre o melhor para a Petrobras é o

**Lula vem tratando regras de controle das estatais apenas como impedimentos para indicações políticas**

melhor para a União.

Às vezes esse conceito é de difícil entendimento, mas União e companhia podem ter opiniões divergentes em disputas tributárias, licenças

ambientais, preço da gasolina, etc. Isso para citar alguns dos conflitos mais comuns entre a Petrobras e o governo.

É por isso que a lei das estatais impede que funcionários do governo e dirigentes políticos ocupem postos de comando nas empresas públicas. Ao escolher driblar a lei – com a ajuda de decisões monocráticas de ministros do Supremo seguidas de pedidos de vista –, o governo criou insegurança jurídica.

Junta-se a isso o conflito aberto entre Prates e Silveira, recentemente mediado, mas não resolvido, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e chega-se ao quão danificada está a governança da Petrobras. Aliás, uma governança construída a duras penas

depois da corrupção revelada pela Lava Jato.

Desde o início do governo, o presidente Lula vem tratando as regras de controle das empresas estatais apenas como impedimentos para suas indicações políticas. Na verdade, boas práticas, normas e processos ajudam a colocar no rumo um transatlântico do tamanho da Petrobras, porque protegem a empresa de interferências de grupos políticos.

Isso é ainda mais importante em mares turbulentos. Vale lembrar a volatilidade do mercado de petróleo com a perspectiva de uma guerra entre Irã e Israel. A governança das estatais, portanto, é aliada daquele político que quer fazer um bom governo, e não o contrário. ●

## Orçamento Revisão

# Texto de lei orçamentária só prevê cortes no INSS e em programa do agro

**Revisão de gastos proposta pelo governo é menor do que 1% da despesa total dos programas que passarão por avaliação**

DANIEL WETERMAN  
BIANCA LIMA  
BRASILIA

A economia esperada com a revisão de gastos proposta pelo governo é menor do que 1% da despesa total com os programas que passarão por reavaliação. Integrantes da equipe econômica dizem que a proposta apresentada é um “primeiro passo”, mas admitem que será preciso cortar mais despesas para cumprir o arcabouço fiscal e sustentar as metas para as contas públicas nos próximos anos.

Ao apresentar ontem o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOD) de 2025, a equipe econômica citou duas opções de melhoria do gasto público, uma agenda classificada como prioridade pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e pelo Ministério da Fazenda, para melhorar as contas da União.

Dois programas entraram no foco e podem ter os gastos reduzidos, como antecipou o **Estadão**: os benefícios previdenciários, que envolvem o pagamento de aposentadorias e pensões

do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que compensa financeiramente agricultores por perdas que sofreram com eventos climáticos.

O governo estima economizar R\$ 9,2 bilhões com as duas revisões em 2025. Esse valor representa menos de 1% do total que esses dois gastos devem somar no Orçamento do ano que vem, de R\$ 988,9 bilhões, conforme projeções do próprio Executivo. Em quatro anos, a economia seria de R\$ 37,3 bilhões, sendo que a despesa total supera R\$ 4 trilhões.

**Alvos para enxugamento**  
**Equipe da Fazenda estima economizar R\$ 9,2 bilhões com revisões em 2025 na Previdência e no Proagro**

O corte no programa do agronegócio, no entanto, será muito maior do que a revisão dos benefícios previdenciários, em termos proporcionais. O Proagro pode perder até metade do orçamento em 2025, que deve ficar entre R\$ 5 bilhões e R\$ 8 bilhões. O programa é defendido por integrantes do agronegócio, mas o governo aponta necessidade de redução em função de fraudes e falhas.

**‘NOVOS DEGRAUS’.** Sem revisão

de gastos, o governo precisa aumentar a arrecadação para sustentar o novo arcabouço, mas vê a agenda focada em acréscimo de receitas perder força. “O objetivo é escalar com a agenda de revisão do gasto. Podemos contar com aumento de arrecadação, que não foi incorporado por conservadorismo, mas isso não significa que não subiremos novos degraus (*“novos degraus”*)”, disse o secretário de Orçamento federal, Paulo Bijos.

A revisão virou um novo anexo do projeto das diretrizes do Orçamento de 2025. Pela primeira vez, a proposta terá uma parte específica para relacionar os programas que poderão ser revisados. O arcabouço fiscal, aprovado em 2023, deu poder para o Executivo incluir a reavaliação de despesas na legislação a cada ano. O Congresso, ao votar a proposta, pode mexer nesse anexo, acrescentar outros programas ou até mesmo retirar o que o governo inclui.

Por enquanto, o Executivo não mexeu nos gastos mínimos com Saúde e Educação exigidos pela Constituição. E também deixou fora do radar qualquer discussão sobre as despesas mínimas reservadas para emendas parlamentares. O seguro-defeso, destinado a pescadores, é outro programa passível de cortes. ●

# Erro foi apostar apenas no aumento de receitas

## ANÁLISE

ALVARO GRIBEL

**A** alteração das metas fiscais expõe a grande falha do arcabouço elaborado pelo governo Lula em substituição ao teto de gastos, do governo Michel Temer.

O ajuste tem como foco o aumento da arrecadação, sem uma agenda efetiva de cortes de gastos, o que tornou irrealistas as projeções apresentadas pela equipe econômica em abril do ano passado.

De um lado, o arcabouço está sendo pressionado por três grandes grupos de despesas: o salário mínimo e os pisos da Saúde e da Educação. De outro, a Receita Federal e a equipe econômica já estão esgotando as possibilidades de aumento de receitas extraordinárias, que passam a enfrentar não só resistências no Congresso, mas também entre pessoas físicas e jurídicas, que terão de pagar a conta.

Na prática, esses três grupos crescem de forma mais acelerada do que a regra global do arcabouço fiscal, que permite alta de no máximo 2,5% dos gastos, em relação ao ano anterior, e limitado a 70% do crescimento das receitas. O economista Marcelo Fonseca, da Reag Investimentos, calcula que as contas públicas do País têm um “déficit primário estrutural” entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões por ano. O cálculo é feito retirando todas as receitas extraordinárias da conta, ou seja, recursos que entrarão uma única vez nos cofres do Tesouro.

Se até a semana passada o mercado já havia assimilado a alteração desses números, agora a reação tende a ser diferente, com a piora do cenário global. A inflação americana e o mercado de trabalho mais aquecidos do que o esperado vão dificultar o início do corte de juros pelo Fed (o banco central dos EUA).

Com isso, a tendência é de aumento do dólar em relação às principais divisas do mundo. Países com problemas nas contas públicas, como o Brasil, tendem a sofrer mais. O reflexo disso já aparece na cotação do dólar sobre o real. A geopolítica global também ficou mais intrincada, com os ataques do Irã a Israel.

**Cenário**  
**A falta de um plano de corte de gastos tornou irrealistas as projeções do governo**

Mesmo com a revisão, os novos números ainda estão acima do projetado pelo mercado financeiro. Para 2025, a mediana de economistas e investidores aponta para um déficit de 0,6% do PIB, com leve melhoria para -0,5%, no ano seguinte, e -0,2% em 2027.

De alguma forma, os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) precisarão vencer a queda de braço interna contra integrantes do PT para convencer Lula a bancar uma agenda efetiva de cortes de gastos. Do contrário, o presidente poderá naufragar na economia. ●

REPÓRTER ESPECIAL EM BRASÍLIA